

Pela Diferença: Caminhos para Fortalecer os Estudos de Mídia e Cultura¹

João Lúcio Mariano CRUZ²
Luciene de Oliveira DIAS³
Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO

RESUMO

Diferentes narrativas sobre o mundo social têm em comum o fato de serem construções simbólicas carregadas de sentidos produzidos historicamente. O que equivale afirmar que o que aproxima os grupos humanos é a sua imensa diversidade (BHABHA, 1998). Com esta perspectiva, perguntamos: em sociedades complexas, como a brasileira, as narrativas midiáticas que acessamos contemplam nossa marcada polifonia? O alerta proposto por Chimamanda Adichie (2009) acerca do perigo da história única, nos coloca de prontidão para fortalecer as discussões conceituais sobre produção de sentidos na comunicação. Assim, usando como metodologia a pesquisa bibliográfica, lançamos aqui olhares sobre as narrativas da diferença para repensar relações entre mídia e cultura. Como se trata de trabalho em estágio inicial, as pistas até o momento indicam uma concentração da chamada renda simbólica (MEDINA, 2003) na comunicação de nosso tempo, que impede a agência plena dos corpos diferentes.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação; cultura; produção de sentidos; diferença; renda simbólica.

INTRODUÇÃO

A comunicação e especialmente o jornalismo, enquanto lugar de circulação e produção de sentidos (BENETTI; LAGO, 2007), torna-se um instrumento de poder na medida em que é uma das mais importantes fontes de renda simbólica, conforme proposto por Medina (2003), na sociedade contemporânea. Para esta autora, a renda simbólica se vincula ao controle das produções e dos fluxos de sentidos, a partir do direito social à informação e à comunicação. Estamos com ela quando afirma a

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática 8 - Estudos Interdisciplinares da Comunicação do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 22 a 24 de maio de 2019.

² Doutorando da linha de pesquisa Mídia e Cultura do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Faculdade de Informação e Comunicação, da Universidade Federal de Goiás, e-mail: joaolmcruz@gmail.com

³ Doutora em Antropologia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação; e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Performances Culturais, da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás, e-mail: lucienediasufg@gmail.com

necessidade da democratização da comunicação como forma de distribuir essa renda simbólica e gerar um ambiente mais polifônico.

Para além da discussão instrumentalizada de mídia, adotamos aqui a noção de comunicação enquanto condição de humanidade (DIAS, 2014) capaz de conduzir os processos de dialogicidade. Se o poder cultural se vincula ao poder de narrar o mundo, quem controla os mecanismos de contar as histórias, e forjar seus significados, é ouvido, lido, visto, provado, sentido. No entanto, nestes processos, outras histórias e outras versões da mesma história ficam silenciadas.

A formulação de estratégias de representação ou aquisição de poder ocorrem no interior de pretensões concorrentes nas comunidades, onde o intercâmbio de valores, significados e prioridades pode nem sempre ser colaborativo e dialógico, mas é profundamente antagônico e conflituoso (BHABHA, 1998, p. 20). Em articulação com alguns eixos de diferenciação social, a exemplo de raça, gênero, classe e sexualidade, estes também historicamente construídos, perguntamos se em sociedades complexas, como é o caso da brasileira, as narrativas midiáticas que acessamos contemplam nossa polifonia social?

Afirmar a multiplicidade de formas de estar nos espaços é um ato que deve, necessariamente, trazer consigo a compreensão acerca da diversidade de corpos e lugares que compõem a própria cidade. Assim, é nas cidades que localizamos a polifonia, a multiplicidade, as escritas intertextuais de corpos e cores que se configuram como constituintes deste espaço de afirmação da pluralidade. Nossas cidades são fundamentalmente marcadas pela polifonia e, como nos propõe Canevacci (1993), a melhor forma de conhecer uma cidade é deixar-se perder nela. A partir deste contexto de urbanidade, polifonia e exclusão é que emergem as inquietações presentes neste texto.

A mediação dos sentidos produzidos na comunicação passa por uma negociação entre os poderes de “instâncias contraditórias e antagônicas, que abrem lugares e objetivos híbridos de luta e destroem as polaridades negativas entre o saber e seus objetos e entre a teoria e a razão prático-política” (BHABHA, 1998, p. 51). Assim, o poder simbólico comunicacional e midiático é construído no deslocamento de sentidos, nesse lugar de rasura rabiscado entre interesses econômicos dos financiadores, demandas culturais de múltiplos públicos, subjetividades dos produtores de conteúdo, políticas velhas e novas, “tradições” e novidades.

Este lugar de negociação faz parte do que Bhabha (1998) chama de “além”, espaço de hibridismo cultural, que guarda a possibilidade de “reinscrição” dos signos da memória social. A cultura é por nós entendida aqui como um processo de criação e interpretação dos sentidos construídos e construtores das coletividades imersas no pensar-fazer comunicacional. A comunicação, nesta perspectiva, passa a mediar práticas culturais, e, portanto, a negociar no sistema de valores do mundo social.

Sendo assim, os sentidos não são simplesmente produzidos por alguém e transmitidos via canais *lasswellianos*, mas sim configurados numa mediação, ou melhor, numa negociação entre sujeitos. Para Dias (2014, p. 333-334) “os sentidos não circulam livremente uma vez que estão sujeitos às representações das relações de poder - e são os poderes institucionalizados que têm dominado os sentidos da comunicação social de nossos tempos [...]”. Por isso, estamos propondo pensar relações entre mídia e cultura, com foco na discussão da produção de sentidos como uma paisagem de observação de assimetrias de poder construídas sócio-historicamente nos espaços coletivos.

METODOLOGIA

Como esta é uma pesquisa em fase inicial, a presente produção pretende explorar os referenciais teóricos e conceituais acerca de mídia e cultura como estratégia de fortalecimento da pesquisa acadêmica em mídia e cultura. Neste estudo, pretendemos lançar olhares sobre o fenômeno social complexo da cultura, na forma como ela constrói a diferença, em suas relações com sistemas de significação social como a comunicação. Por isso, delineamos aqui uma proposta qualitativa (DESLAURIERS e KÉRISIT, 2008) que pretende oferecer algum espaço de discussão das pontes entre mídia e cultura. Trata-se de um primeiro exercício cujo objetivo é oferecer subsídios conceituais à pesquisa⁴ que desenvolvemos na Universidade Federal de Goiás.

⁴ Pesquisa de doutorado intitulada “Narrativas da Diferença na Imprensa Alternativa: Repensando os sentidos para interrogar ao futuro”, orientada pela Profa. Dra. Luciene de Oliveira Dias, que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás.

Assim, para atingir nosso objetivo, utilizamos como instrumento de coleta a pesquisa bibliográfica (GIL, 2008) acerca dos conceitos por nós escolhidos: Diferença, Mídia, Cultura, Comunicação, Produção de Sentidos e Renda Simbólica. Por isso, nossas fontes de referência para este estudo foram livros e artigos obtidos em bibliotecas ou base de dados.

LOCALIZANDO CULTURAS

No ato de pensar narrativas complexas sobre a diferença, enquanto construção cultural, precisamos considerar que as pessoas marcadas pela diferença são mantidas silenciadas por estruturas de poder coloniais, o que pode ser explicado pelos processos históricos que arquitetaram as diferenças (SEGATO, 1998; LOURO, 2010). Ao mesmo tempo, a comunicação que fazemos é um poderoso instrumento de narrar o mundo social, de tecer narrativas emancipatórias ou silenciadoras sobre essas diferenças.

Esta complexidade das alteridades nos traz a necessidade de discutir as relações de poder que a comunicação social pode reafirmar ou ressignificar a partir de construções simbólicas conscientes de diferenças marcadas sócio-historicamente. “O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais”. (BHABHA, 1998, p. 20).

Ao pensar na articulação de diferenças culturais nos parece necessário pincelar uma discussão teórica sobre cultura, a fim de, em seguida, compreender suas relações com o poder simbólico que a comunicação é capaz de deter. Por isso, iniciamos o debate pensando em cultura (LARAIA, 2001) para apreender os limites das narrativas de determinismo biológico e geográfico e alcançar a ideia de culturas dinâmicas e em movimento, no plural e em negociação. Trazer a definição de Laraia (2001) pode nos ajudar uma vez que, para este pensador, cultura é, em última instância, comunicação.

A diversidade cultural da espécie humana, aos olhos coloniais dos primeiros cronistas e viajantes europeus e dos primeiros antropólogos, foi geralmente reduzida a explicações baseadas no determinismo biológico. Mas, contemporaneamente, “os antropólogos estão totalmente convencidos de que as diferenças genéticas não são

determinantes das diferenças culturais” (LARAIA, 2001, p. 6). Já o determinismo geográfico, teorizado por geógrafos do final do século XIX e início do século XX, considera que as diferenças do ambiente físico conduzem à homogeneidade cultural, e também foi refutado em virtude de diferenças extremas entre populações distintas que vivem em um mesmo ambiente geográfico.

Ainda segundo Roque Laraia (2001), antecedentes antropológicos do conceito de cultura remontam ao final do século XIX, quando Edward Tylor publicou o livro *Primitive Culture*, em 1871. Este, por sua vez, sustentou-se no pensamento de cultura enquanto um fenômeno natural às sociedades humanas, cujas diferenças seriam explicadas por distintos momentos evolutivos em cada uma. “Mais do que preocupado com a diversidade cultural, Tylor a seu modo preocupa-se com a igualdade existente na humanidade. A diversidade é explicada por ele como o resultado da desigualdade de estágios existentes no processo de evolução” (LARAIA, 2001, p. 14). Assim, Tylor estabelece uma explicação da diversidade cultural em termos evolucionistas, que escalona as culturas entre “evoluídas” e “primitivas”.

Percebemos por estas pinçadas históricas de discussões teóricas sobre cultura que, tanto as explicações do determinismo biológico, quanto as do determinismo geográfico e as do evolucionismo recaem em um mesmo fenômeno superado na antropologia, mas ainda presente em nossa memória cultural: o etnocentrismo. Se acionamos o poder sempre que agenciamos lugar de fala, a complexificação dessa discussão está diretamente ligada aos processos de produção midiática, sendo fundamental realizarmos essa discussão.

Etnocentrismo é uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência. No plano intelectual, pode ser visto como a dificuldade de pensarmos a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade etc. Perguntar sobre o que é etnocentrismo é, pois, indagar sobre um fenômeno onde se misturam tanto elementos intelectuais e racionais quanto elementos emocionais e afetivos. No etnocentrismo, estes dois planos do espírito humano - sentimento e pensamento - vão juntos compondo um fenômeno não apenas fortemente arraigado na história das sociedades como também facilmente encontrável no dia-a-dia das nossas vidas. (ROCHA, 1984, p. 05).

Neste sentido, é primordial compreender que as diferenças são construções históricas, forjadas no interior das culturas e também no exterior delas em suas relações com outras sociedades culturais. Buscando o diálogo com Geertz (1989), concordamos com sua observação de que há uma relação simbiótica entre a cultura e os grupos humanos, pois estes dependem daquela para governar seus padrões de comportamento, sendo que a cultura só existe nas sociedades humanas.

No entanto, esses padrões de comportamento não são homogêneos nem dentro de uma mesma cultura. Para Bhabha “os próprios conceitos de culturas nacionais homogêneas, a transmissão consensual ou contígua de tradições históricas, ou comunidades étnicas ‘orgânicas’ - enquanto base do comparativismo cultural -, estão em profundo processo de redefinição” (1991, p. 24). Ele apresenta a ideia de locais de cultura para redefinir o conceito de comunidade humana estável, fixa e homogênea. O autor mostra ainda a descontinuidade no interior de uma mesma cultura, apontando hibridismos, contingenciamentos e negociações culturais nos espaços de intervenções sociais de uma dada população.

É neste ponto que Bhabha (1991) apresenta diferenças a partir de hierarquias sociais historicamente assentadas, mas não imutáveis. Analisado por nós, percebemos o diálogo com Guacira Lopes Louro (2010) quando esta apresenta que os padrões culturais de uma dada sociedade são constituídos a partir regras historicamente forjadas que estabelecem lugares sociais para diferentes corpos:

Os grupo sociais que ocupam posições centrais, ‘normais’ (de gênero, de sexualidade, de raça, de classe, de religião etc.) têm possibilidade não apenas de representar a si mesmos, mas também de representar os outros. Eles falam por si e também falam pelos ‘outros’ (e sobre os outros); apresentam como padrão sua própria estética, sua ética ou sua ciência e arrogam-se o direito de representar (pela negação ou pela subordinação) as manifestações dos demais grupos. Por tudo isso, podemos afirmar que as identidades sociais e culturais são políticas. As formas como elas se representam e são representadas, os significados que atribuem às suas experiências e práticas são, sempre, atravessados e marcados por relações de poder. (LOURO, 2010, p. 16).

A autora questiona a naturalidade como são tratadas as posições sociais centrais, a partir das quais as referências são instituídas, e por meio delas são construídas as diferenças. Ela chama a atenção aqui às narrativas que definem o que é “natural” e o

que é “desviante” do natural, apresentando uma historicidade da produção de sentidos do que é a “norma” e o que desvia da norma. O conceito de padrões de cultura é utilizado também por Laraia (2001) para defender que a reprodução de tais padrões é capaz de aglutinar grupos humanos e garantir a própria vida da cultura.

Desse modo, Louro (2010) nos convoca a olhar para as disputas narrativas no interior das culturas, em sua diversidade. E para falar de narrativas em negociação, precisamos considerar que os sentidos são produtos culturais localizados no tempo e no espaço, em constante movimento. Por isso, para pensar as narrativas sobre a diferença partimos do esforço de observar determinados mecanismos de poder simbólico que as definem, como a comunicação enquanto produtora de sentidos.

PRODUÇÃO DE SENTIDOS

A comunicação, enquanto construção simbólica, produz e transmite sentidos conduzidos por condições sócio-históricas. Assim, as narrativas contadas pela comunicação de nosso tempo acerca da diferença⁵, seja étnico-racial, de sexualidade, de gênero ou de classe, guardam relação com deslocamentos de sentidos provocados por mudanças culturais localizadas historicamente. Quando falamos de sentidos, e como constroem o mundo humano, estamos falando de cultura, e todo um conjunto de mecanismos simbólicos que também são trabalhados na e pela mídia, aqui compreendida no sentido mais amplo da comunicação.

Nessa proposta, consideramos refletir que a comunicação de nosso tempo tem convergência com transformações culturais que a forjaram e que, ao mesmo tempo, foram forjadas por ela. Para nós, repensar os sentidos sobre a diferença na comunicação recente é tarefa que exige um olhar aos passos que nos trouxeram até aqui, para avaliar cicatrizes históricas e possibilidades de regeneração.

Nesse percurso, buscamos seguir o alerta de Thompson, para o qual na análise da comunicação “é fácil focalizar o conteúdo simbólico das mensagens da mídia e

⁵ As normativas culturais historicamente construídas definem a diferença: “Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão, e passa a ser referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os ‘outros’ sujeitos sociais que se tornarão ‘marcados’, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como ‘o segundo sexo’, e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual”. (LOURO, 2010, p. 15-16).

ignorar a complexa mobilização das condições sociais que subjazem à produção e circulação destas mensagens” (2014, p. 36). Na intenção de trabalhar as dimensões que concorreram para a produção de sentidos na comunicação atual, avaliamos fundamental considerar também o contexto sócio-histórico e ideológico.

Caminhamos, assim, de mãos dadas com Medina (2003) no entendimento de que a narrativa é uma das formas de produzir sentidos, e que ao narrar o mundo, organizando “o caos em cosmos”, estamos diante da “possibilidade complexa e democrática de tecer as múltiplas vozes (polifonia) e os múltiplos significados (polissemia)”.

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA SIMBÓLICA

Ao pensar na comunicação como produtora/reprodutora de sentidos, via significados inscritos em narrativas, é possível pensar desigualdades de poder simbólico sobre as narrativas do mundo social. Na comunicação de nosso tempo, a “distribuição da renda simbólica” ainda encontra-se concentrada na hegemonia das narrativas heteronormativas e masculinas contadas por vozes de pessoas brancas. Para Medina (2003), esta desigualdade de renda simbólica se vincula a processos situados antes e depois das veiculações.

A autora enxerga o produtor simbólico (jornalista, publicitário, romancista etc) da comunicação como um interlocutor que atua tanto antes da veiculação, como voz social, fonte de significados, quanto depois, na distribuição da renda simbólica na comunicação coletiva, quando reelabora os sentidos distribuídos.

É partindo desta compreensão que a escritora nigeriana Chimamanda Adichie (2009) ao se apresentar como “uma contadora de histórias” assume seu lugar como produtora simbólica. Assumindo este lugar, ela passa a narrar no mundo social. É neste ato de narrar no mundo social que a autora se depara com o poder do simbólico, capaz de produzir sentidos tão fortes que auxiliam na manutenção de um poder hegemônico concreto.

Quando Chimamanda Adichie diz: “eu escrevia exatamente os tipos de histórias que eu lia” ela está se referindo à reprodução simbólica. A escritora revela que tinha acesso a histórias únicas, no sentido de hegemônicas, sobre uma Europa muito distante

de sua realidade, mas lida em sua diversidade. Ela conta também que estas histórias falavam de uma África muito distante do que via. Uma África que ela lia nos livros euro-americanos, escrita a partir da homogeneidade imposta pelo etnocentrismo, sob perspectivas limitadoras, e que em nada se parecia o continente africano.

Assim, a escritora nos alerta para o perigo da história única, e a necessidade de ampliar as vozes que narram o mundo social. É neste processo de narrar novos pontos de vista que ela conta como passou a produzir novos sentidos ao inscrever histórias ainda não contadas, ou mal contadas, as histórias que experienciava. Quando há o silenciamento da narrativa do outro, este “perde seu poder de significar, de negar, de iniciar seu desejo histórico, de estabelecer seu próprio discurso institucional e oposicional” (BHABHA, 1998, p. 59).

Por isso, partilhar as significações do vivido em sua complexidade, em seu lugar da rasura, das contradições e pluralidades é uma tarefa que exige necessariamente um tensionamento com o poder hegemônico. Esse tensionamento é por nós lido como reivindicatório de uma distribuição da riqueza simbólica. Da necessidade de redução das assimetrias nos fluxos de informação e na circulação das histórias narradas e ouvidas, lidas, consumidas, acessadas.

CONSIDERAÇÕES

Os processos de significação social são fenômenos culturais ligados às relações de poder instituídas historicamente, mas que também pertencem ao lugar deslocante das práticas culturais. A comunicação, nesta perspectiva, assume a posição de poder simbólico na medida em que constrói sentidos sobre o mundo social e dá espaço para que as narrativas sejam contadas. É papel da comunicação de nosso tempo, assim, abrir seus canais de informação para que as vozes sociais historicamente silenciadas, em suas diversidades, como as vozes da diferença, possam falar.

A agência simbólica dos corpos não narrados, ou mal falados, como os corpos das pessoas marcadas pela diferença, auxiliará na reinscrição dos signos que pesam sobre estes corpos. A polifonia no ato de narrar as histórias sobre a vida, e seus participantes, é a possibilidade de que essa agência simbólica seja coletivizada, por meio de processos de democratização da comunicação, que começam nos

tensionamentos que autoras como Chimamanda Adichie fazem às histórias hegemônicas.

O nosso mergulho em todas estas discussões representa uma estratégia de fortalecimento conceitual para que compreendamos os marcadores sociais da diferença impostos aos corpos presentes nos processos de produção midiática que pretendemos estudar. À guisa de (in)conclusão, fazemos aqui a defesa de um estudo orientado pela interdisciplinaridade e pelo profundo respeito aos estudos da comunicação.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda. **O perigo da história única**. Palestra gravada. TED, 2009.
- BENETTI, Marcia; LAGO, Cláudia (Orgs.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Tradução Myriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica**: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michéle. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoque epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008, p. 127-153.
- DIAS, Luciene de Oliveira. Desatando nós e construindo laços: dialogicidade, comunicação e educação. In: VIDAL, Rose; MARQUES DE MELO, José & MORAIS, Osvando J. (orgs.). **Teorias da Comunicação**: Correntes de pensamento e Metodologia de Ensino. São Paulo: Intercom, 2014.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1989.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- LOURO, Lopes Guacira. Pedagogias da sexualidade. In: **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- LOURO, Lopes Guacira. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo**. Brasília: Brasiliense, 1988.

SEGATO, Rita Laura. **Alteridades históricas/Identities políticas**: una crítica a las certezas del pluralismo global. Republicado em Nueva Sociedad, p. 104-125, 1998.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.